



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002743-07.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Anna Carolina Aguiar Honda**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado dois contratos com a ré para a prestação de serviços de telefonia e acesso à *internet*.

Alegou ainda que fez acordos com a ré para o pagamento de débitos contraídos a esse título e conquanto estivesse dando regular cumprimento a eles houve a interrupção dos serviços.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

Já a ré em contestação sustentou que não incorreu em falha alguma, imputando à autora a responsabilidade pelo episódio ao deixar de realizar pagamentos a seu cargo e dar causa, com isso, à suspensão dos serviços ajustados.

Ressalvou que eles foram depois restabelecidos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade de sua atuação na espécie vertente.

De início, ela não se pronunciou específica e concretamente sobre os fatos alegados pela autora, especialmente quanto aos dois acordos firmados a propósito das dívidas concernentes aos serviços de telefonia e acesso à *internet*.

Não se manifestou, ademais, sobre os pagamentos de fls. 04 e 26, implementados por força desses acordos, e tampouco esclareceu em que medida exata se delinearía a inadimplência da autora.

Por fim, conquanto deixasse claro que os serviços foram restabelecidos, a certidão de fl. 146 apontou para direção contrária, patenteando que a linha telefônica de que a autora é titular está desativada.

A conjugação desses elementos evidencia que as falhas atribuídas à ré efetivamente sucederam, seja porque ela não computou os pagamentos realizados pela autora, seja porque suspendeu os serviços sem que houvesse justificativa a tanto.

Diante disso, resta apreciar os pedidos para reparação dos danos alegados pela autora.

Quanto aos danos materiais, não os tenho por configurados no importe de R\$ 100,68, importância essa que correspondeu à parcela quitada pela autora no acordo atinente aos serviços de acesso à *internet*.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não vislumbro lastro para o cabimento da devolução dessa soma, a menos que se buscasse a rescisão do contrato, mas, como isso não se deu, em princípio o pagamento deve ser preservado na esteira do acordo, de sorte que a pretensão não vinga no particular.

Solução diversa aplica-se aos danos morais.

A ré como já positivado incorreu em falha quanto interrompeu os serviços contratados pela autora sem que existisse fundamento para isso.

Sabe-se que nos dias de hoje o acesso à *internet* assumiu grande importância no cotidiano das pessoas, o que no caso da autora fica potencializado por sua utilização para fins laborativos.

Outrossim, o mesmo deve ser considerado para fins da linha telefônica que a autora não mais pode utilizar.

Toda essa situação implicou desgaste de vulto à autora, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, não se podendo olvidar das inúmeras tentativas da mesma para a resolução da pendência (fl. 106/107), sem êxito, o que patenteia que a ré ao menos na hipótese não lhe dispensou o tratamento que seria exigível.

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 19 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**